

## **MEMÓRIA SOCIAL E RESISTÊNCIA: ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA CONTRA O FECHAMENTO DA ESCOLA ALICE DO AMARAL PEIXOTO**

Lucas do Couto Neves; Pablo Peixoto de Jesus Santos; Bruno de Oliveira Corrêa; Francisca Marli Rodrigues de Andrade

*Universidade Federal Fluminense-UFF/INFES. lucasdocouto@yahoo.com.br; pablocep05@gmail.com; bruno\_oc2005@hotmail.com; marli\_andrade@id.uff.br*

### **Introdução**

A atual onda de fechamentos de escolas do campo, em todo o cenário nacional, impõe às populações do campo a necessidade de uma releitura do sistema educacional brasileiro. Especialmente, a compreensão de que a luta pela educação pública de qualidade deve ser uma constante, sobretudo em momentos de barbáries contra estes povos, os quais, historicamente, foram deixados às margens das políticas públicas. Em âmbito municipal, a atual crise está ligada diretamente aos argumentos economicistas (SCHMITZ; CASTANHA, 2017), à centralização de poder e ao padrão de “evolução” de sociedade (ARROYO, 2007), os quais são utilizados para justificar uma série de injustiças sociais e negação de direitos às populações do campo. Populações estes entendidas na pauta dos documentos normativos nacionais enquanto:

Os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010).

Contra essas injustiças, a comunidade do Salgueiro, zona rural do município de Santo Antônio de Pádua-RJ, foi a principal protagonista na luta contra o fechamento da Escola Alice do Amaral Peixoto. Atualmente, na referida escola trabalham seis profissionais, dos quais três são docentes, duas pessoas trabalham no apoio e uma diretora. Conta, em sua estrutura física, com três salas de aula que funcionam no turno da manhã, nas quais atende, aproximadamente, vinte e três estudantes nas séries do Ensino Fundamental. Nesse sentido, ninguém melhor que os líderes da comunidade para descrever as motivações, os argumentos e as estratégias de resistência que a comunidade recorreu para organizar a resistência contra a negação de direitos, principalmente o educativo escolar, que assolam a paz dessa comunidade.

Resistência esta que foi iniciada após uma reunião com representantes da Secretaria Municipal de Educação do município, cuja pauta principal consistia no fechamento da Escola. Esse momento ocasionou a reflexão e a indignação da comunidade, a qual tomou posse da discussão, procurando bases legais, no âmbito dos direitos fundamentais, para resistir perante tal ato. Desse modo, a comunidade articulou, juntamente com o curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da UFF, estratégias que tinham como finalidade fortalecer sua luta e ampliar sua voz e, portanto, as possibilidades de diálogos com a rede municipal de Educação.

Por meio dessa articulação, a proposta, que foi construída pela comunidade e pelos acadêmicos, teve como objetivo formalizar e documentar os acontecimentos. Em outras palavras, registrar esse momento histórico da escola, para que a resistência ao fechamento da mesma seja ressignificado na memória social da comunidade. Para tanto, a proposta consistiu-se em

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

[www.ceduce.com.br](http://www.ceduce.com.br)

construir, primeiramente, um material audiovisual, cuja finalidade consistiu na possibilidade de ampliar as vozes da comunidade em outros espaços sociais.

### **Metodologia**

O presente trabalho teve como metodologia a pesquisa-ação, pautado no objetivo de, em colaboração com a comunidade, produzir um documentário com as lideranças da comunidade do Salgueiro sobre a luta e resistência contra o fechamento da Escola Alice do Amaral Peixoto. Para tanto, os líderes comunitários propuseram realizar rodas de conversa, a fim de conscientizar a comunidade sobre a problemática. Desse modo, nossa colaboração aconteceu no sentido de entrevistar a comunidade, propor o roteiro de perguntas para as rodas de conversas, bem como documentar toda estrutura do diálogo que, por ventura, resultou na criação de um material audiovisual. Igualmente, no sentido de orientação durante todo o processo de resistência, na qual foi imprescindível a organização estrutural dos debates, as instrumentalizações legislativas e as possibilidades de diálogos com os representantes da governabilidade local.

Diante do contexto, geográfico e situacional, nossa principal metodologia de pesquisa, no âmbito da pesquisa-ação, consistiu em: a) ouvir os anseios e receios das lideranças da comunidade; b) compreender como, de fato, a comunidade entende os processos de imposição da governabilidade local; c) conhecer as principais estratégias de resistência dos protagonistas perante o possível fechamento da escola. Nesse sentido, a pesquisa foi protagonizada por nove moradores da comunidade do Salgueiro-RJ, destes 8 são do gênero feminino e um do gênero masculino. Tais moradores, lideranças nesse processo de organização comunitária e resistência ao fechamento da escola, participaram de entrevistas e rodas de conversa, as quais foram documentadas em formato de documentário.

Participaram da pesquisa, também, três estudantes, sendo um morador da comunidade, e uma docente do curso Interdisciplinar Educação do Campo da Universidade Federal Fluminense (UFF). Os discursos e falas produzidos a partir das entrevistas e rodas de conversas são apresentados, enquanto material de primeira-mão, a seguir. Nesse diálogo, nossa posição epistemológica consiste em darmos prioridade aos discursos dos protagonistas da pesquisa em detrimento da literatura acadêmica. Esta posição parte do entendimento de que as vozes das lideranças da comunidade do Salgueiro possuem potencial, por excelência, para a construção desse texto que, também, se caracteriza enquanto memória social.

### **Discussões**

As diferentes vozes da comunidade ecoam no sentido de defender um único bem comum; isto é, a valorização da comunidade. Anunciam, também, a resistência contra o fechamento da Escola Alice do Amaral Peixoto que, segundo informações da comunidade, funciona plenamente há quase sete décadas. Na mesma medida, tais vozes denunciam as injustiças sociais, a negação de direitos e a ausência intencional do Estado, sobretudo a falta que a escola causaria para a comunidade. A discussão dos diálogos coletados perpassa, principalmente, pelo descaso dos órgãos municipais frente à comunidade. Nessa perspectiva, o morador Marcelo relata:

A única representação direta da prefeitura na comunidade é a nossa escola, e se você fechar essa escola o poder público não atua mais na comunidade. A distribuição de água é privatizada, a limpeza é terceirizada e etc. Assim, se eles (prefeitura) tirarem a escola, nossa vida fica no erro, sem nada, sem resposta nenhuma do poder público na comunidade. (MARCELO)

A presidente da associação de moradores do Salgueiro, que também já trabalhou na escola Alice do Amaral Peixoto, Professora Jaine, destacou que “a Escola é o único patrimônio cultural que a comunidade tem, eles não podem fechar essa Escola assim. A prefeitura disse que iria fechar para cortar gastos, eu [...] questionei.

Como assim, cortar gastos? Tem muitas outras áreas que pode se pensar no corte de gasto, mas na Educação não”. Na fala da professora Jaine fica explícito a justificativa da governabilidade local; ou seja, o aspecto economicista da questão, não respeitando o valor cultural e simbólico da escola, bem como a garantia de direitos à comunidade. A professora descreve, ainda, como aconteceu o processo de criação da escola, e com indignação afirmou:

Meu avô, em 1952, com sessenta e tantos anos e com a mente aberta doou um terreno para a construção de uma escola. E hoje, 2017, as pessoas vem querendo fechar uma escola, eu não entendo. E em vez de ampliar eles estão reduzindo, sinceramente eu não entendo. Corta tudo, corta tudo, menos educação e saúde, pois sem isso ninguém vive não. Todos nós precisamos de Educação. O que a comunidade tem de mais valioso é a Escola” (PROFESSORA JAINE).

A ausência de representatividade do poder público na comunidade caracteriza-se como reflexo de um modelo hegemônico e centralizador de saberes. Tal modelo descaracteriza, por diversas razões e interesses, as populações do campo, deixando-as às margens das políticas públicas e dos direitos fundamentais. Fundamenta sua justificativa na questão financeira e de centralidade urbana (SCHMITZ; CASTANHA, 2017), ao tempo em que desconsidera as particularidades e singularidades dos sujeitos e territórios que estão fora da cidade.

Com base neste modelo, é possível perceber que a comunidade do Salgueiro tem vivido períodos onde sua realidade é marcada por uma política centralizadora que, no município de Santo Antônio de Pádua, descaracteriza o local. Essa descaracterização parte de um olhar de incredulidade para a comunidade, uma vez que desvaloriza os sujeitos e os saberes do lugar. Porém, a luta de resistência que a comunidade conseguiu perante tal ato de fechamento foi, sem dúvidas, a contraproposta a este modelo.

Na realidade do Salgueiro, essa contraproposta nos remete a um novo olhar para a comunidade. Se por um lado o valor estava em concentrar os esforços para os centros, agora entramos em um diálogo que procura valorizar também a comunidade. Esse entendimento já está sendo aplicado em outras comunidades, já que o sistema educacional, não somente no município de Santo Antônio de Pádua, passa por uma onda de fechamento de escolas do campo, uma característica própria dos interesses econômicos que operam por meio das agências de poder, cujo propósito consiste na retirada dessas populações de seus territórios. Contudo, o que não é pensado e considerado pela governabilidade local é a adaptação de estudantes em um ambiente totalmente diferente da sua realidade, o que pode ocasionar uma série de problemáticas, entre elas a evasão escolar. Outra problemática dessa possível mudança consiste, na opinião da comunidade, no perigo inerente à mobilidade de seus filhos da comunidade para deslocá-los para a cidade. Para os moradores da comunidade do Salgueiro, “certamente as crianças que são da comunidade e ao redor, não conseguiriam se adaptar a Escola da cidade, pois são crianças que teriam que acordar muito cedo, e também muito novas para encarar um ônibus lotado e sem segurança (MARCELO).

Sobre tais perigos, a fala de Joselaine reitera as mesmas preocupações, “no meu caso, eu só a colocaria (filha) na escola quando ela atingisse uma idade que me trouxesse segurança, porque o ônibus só tem uma monitora para dar conta de todas as crianças, creio eu que ela não daria conta. Por motivos de segurança eu teria que tirar minha filha da escola” (JOSELAINÉ). Para a comunidade, esse modelo força uma adaptação do estudante do campo à cidade, com isso também retira da comunidade o evento cotidiano que a Escola proporciona naquele lugar. Nesse sentido Claudiana, moradora da comunidade, ressalta que:

Se fechar a Escola acabou o sorriso das crianças. Pois a nossa alegria maior é sair de casa e ver as crianças brincando na hora do recreio, correndo no campo. A comunidade fica florida, até quem não estuda vai lá participar do recreio. E nós mães ficamos ali admirando, porque é mais que uma Escola, é uma amizade que a gente constrói aqui (CLAUDIANA).

O fechamento da escola na comunidade, certamente, traria consigo a barbárie de negar a

Educação para o Campo, para a comunidade, dificultando, entre outras questões, acesso à escola. Do mesmo modo, produzindo inexistências, desvalorizando a comunidade, forçando uma adaptação das crianças do campo à cidade de forma precipitada. Porém, a Educação do Campo, na comunidade do Salgueiro, não entrou para a estatística de escolas do Campo fechadas, mas sim para uma estatística de escolas que resistiram ao processo de fechamento. Sentimento que ficou, segundo a moradora e acadêmica do curso de Física, na UFF/INFES, Sabrina, é que “nós nunca podemos parar de lutar, a gente tem o direito de ter educação aqui na comunidade e valeu a pena lutar para que a escola não fosse fechada” (SABRINA).

Depois de resistir ao fechamento da escola, a comunidade entende que o processo de luta ainda não chegou ao fim e buscam, de forma articulada, convencer a prefeitura da cidade para que esta tenha um olhar com mais respeito perante a comunidade. Como expressa Maria Lúcia “eles (prefeitura) poderiam olhar com mais carinho para a comunidade. Nas escolas da cidade eles são muitos e aqui somos poucos, mas se lá tem vidas aqui na comunidade também tem”. Acrescentou ainda que o governo local “não pode esquecer de um lugar só pelo número de pessoas, as vidas aqui também têm valor. Os poucos alunos da comunidade também precisam do olhar de lá (prefeitura), assim como eles olham para quem estuda na cidade” (MARIA LÚCIA).

### **Conclusões**

A colaboração no processo de construção de memória social, luta e resistência da comunidade do Salgueiro contra o fechamento da Escola Alice do Amaral Peixoto, situa-nos em possibilidades concretas que vão além da produção de um documentário. Inscreve-nos em cenários de organização e participação comunitária, no qual não há território livre a ser conquistado, uma vez que as tensões são constantes e a luta é permanente por aquilo que acreditamos; isto é, o direito à Educação do Campo com qualidade. Nesse sentido, os resultados não poderiam ser melhores, já que a comunidade conseguiu resistir e impedir o fechamento da escola. O protagonismo conquistado, entre outros fatores, vem se estabelecendo como precursor de uma onda de discussões e debates sobre o atual quadro educacional do município, sobretudo do estado de precariedade e fechamento das escolas do campo.

### **Referências**

- ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores(as) do campo. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto no 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20072010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/decreto/d7352.htm)> Acesso em: 24 maio de 2018.
- SCHMITZ, Micheli Tassiana; CASTANHA, André Paulo. Fechamento de escolas do campo: o caso da Escola Estadual do Campo Canoas – Cruzeiro do Iguaçu – PR. *Imagens da Educação*, v. 7, n. 1, p. 38-48, 2017.

### **Agradecimentos**

Nós, acadêmicos do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES) da Universidade Federal Fluminense (UFF), agradecemos a comunidade do Salgueiro pelo trabalho em conjunto, por permitir a possibilidade da nossa participação na construção da memória social e documentar o ato de resistência da comunidade frente as arbitrariedades do poder público, em processos de negação e retirada de direitos. Reafirmamos que a luta da comunidade é a nossa luta, pois entendemos que a Educação do Campo é direito e não esmola!

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

[www.ceduce.com.br](http://www.ceduce.com.br)